

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.292 - SP (2018/0313815-4)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE : VALDENILSE JOSE VIANA FIGUEIREDO**  
**ADVOGADO : LUIZ CLÁUDIO JARDIM FONSECA E OUTRO(S) - SP215263**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SOMENTE PARA FINS DE ESCLARECIMENTOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração nos quais o embargante sustenta erro material em razão do não julgamento de seu recurso especial (fl. 528):

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO FICTO. CONFIGURAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO PRIMEIRO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

O embargante sustenta, em síntese, violação do artigo 1.022, parágrafo único, incisos I e II, c/c artigo 489, §1º, e incisos, ambos do Código de Processo Civil de 2015, suscitando erro e contradição na expressão do dispositivo, que ressaltou a prescrição quinquenal, ao dar provimento ao recurso especial para fixar o termo inicial do benefício na data do primeiro requerimento administrativo. Caso em que foi destacado que "não há o que se falar em prescrição, haja vista não ter havido resposta administrativa até o momento da propositura da ação" (fls. 532-536).

Sem impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Razão não assiste ao recorrente.

Não há erro ou contradição na decisão embargada que deu provimento ao recurso especial para fixar o termo inicial do benefício na data do primeiro requerimento administrativo formulado em 17/3/2009.

Convém, esclarecer, por oportuno, que o fato de constar no dispositivo da decisão a ressalva "respeitada a prescrição quinquenal", não significa que se está aplicando o instituto da prescrição quinquenal ao caso dos autos, mas, simplesmente, que caso ultrapassado o período de cinco anos entre a DER e o ajuizamento da ação, esta deverá ser respeitada. No caso dos autos, entre a DER de 17/3/2009 e o ajuizamento da ação em 10/4/2013, por óbvio que não há parcelas atingidas pela prescrição quinquenal.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração apenas para fins de

# *Superior Tribunal de Justiça*

esclarecimentos, sem efeitos modificativos.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

